

E.C.O.N.O.M.I.A

O Acre e a "ação governamental na Amazônia" *

Tristão José da Silveira Cavalcante
Airton Queiroga de Oliveira **

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República - SDR/PR elaborou e colocou a discussão dos governos estaduais da Amazônia o documento "Ação Governamental na Amazônia", que se constitui na base conceitual e programática do novo Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA-1991/1995.

Este documento no seu contexto vislumbra um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, onde toda ação intervencionista no espaço amazônico deverá ser precedida de estudos científicos profundos para não comprometer o equilíbrio do ecossistema. Para tanto, a ação governamental na Amazônia será implementada considerando o novo "Zoneamento Ecológico do Território Nacional", que visa disciplinar a ordenação do espaço com vistas a se estabelecer novas políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas com intuito de diminuir o contraste regional, proteger o meio ambiente e garantir à sociedade amazônica, um futuro promissor.

A base central do Documento "concentra-se nos pilares ecologia e tecnologia, e baseia-se em um modelo de desenvolvimento regional que concilia, e compatibiliza, a preservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a elevação da qualidade de vida da população".

As considerações aqui levantadas se referem a questões mais gerais, de cunho político, tendo como referência a realidade regional e a diferença intra-regional. A maior preocupação, entretanto, consiste em levantar algumas questões que possam contribuir para que os objetivos políticos e econômicos traçados no documento "Ação Governamental na Amazônia", sejam de fato atingíveis. Ou seja, que na prática, não tenhamos efeitos contrários aos delineados no documento supracitado.

O debate regional em torno das estratégias do governo federal para a Amazônia, contidas no documento em análise, levou-nos a tecer algumas considerações, enunciadas a seguir, que visam somar e ampliar as discussões em torno do desenvolvimento da Amazônia e, em particular, do Estado do Acre.

1. O desenvolvimento pretendido para a Amazônia não deve prescindir da preservação do meio ambiente e tão pouco negar a implementação de uma política de desenvolvimento, para a região, dissociada de uma consciência ecológica. Sabe-se que, a base de sustentação para qualquer modelo de desenvolvimento regional, combinando equilíbrio ecológico, crescimento econômico e melhorias do padrão de vida da população, depende, necessariamente, de uma estrutura institucional científica forte, com experiência comprovada e produção científica razoável, que apoie e dê suporte as ações que visam introduzir mudanças tecnológicas e econômicas sem riscos de agressão ao ecossistema.

Entretanto, a Amazônia ainda resente a falta de uma produção científica compatível com o potencial de recursos naturais renováveis e não renováveis existentes, inviabilizando a longo prazo, uma exploração econômica racional e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentado.



2. A Amazônia inegavelmente possui o maior potencial de recursos naturais do mundo. Contrastando esta realidade, a região apresenta inúmeros problemas econômicos, sociais e ambientais como herança de uma ação desordenada dos governos estaduais e federal em décadas passadas. Atualmente, a região possui sérios problemas como restrição de capital, falta de infra-estrutura, baixa produção e capacitação científica e tecnológica limitada. Isto reflete o tamanho da responsabilidade que os governos dos estados da região estão investidos.

Resta saber, qual a contribuição efetiva do governo federal frente aos grandes problemas mencionados, uma vez que o documento não garante novos instrumentos de apoio financeiro, visto que o rol de fontes de recursos que se constituem na base de financiamento desse plano estão comprometidas com a manutenção de ações governamentais em andamento e, fundamentalmente, comprometidas com pagamento de pessoal, o que desde já, deixa entrever uma manutenção dos modelos anteriores de desenvolvimento, nos quais os problemas sempre precederam aos atos dos governos.

Cabe ressaltar que o maior entrave para retomar o crescimento econômico da Amazônia e garantir sua inserção na economia nacional, constitui-se no baixo nível de investimento, o que de certa forma, reflete a escassez de capital na região.

3. A região Amazônica apesar de apresentar uma homogeneidade no aspecto de floresta tropical, possui uma estrutura administrativa e institucional desarticulada de uma política global regional, que a torna vulnerável a qualquer política de desenvolvimento que não contemple alterações nesse quadro.

Ao longo das décadas, as políticas de desenvolvimento regional têm acentuado, em geral, a polarização das atividades econômicas em torno das cidades de Manaus e Belém. Grande parte da renda regional da agricultura, indústria e serviços é proveniente dos estados do Amazonas e Pará.

Na realidade, não se pode mais conceber estratégias políticas de desenvolvimento para a região amazô-

nica que acentuem essas contradições. Para tanto, devemos perseguir uma integração efetiva de todas as ações governamentais, principalmente aquelas dos órgãos federais, que devem considerar as especificidades dos estados da região no sentido de dar um tratamento diferenciado para situações específicas inerentes as deficiências constatadas.

4. A política institucional deve realmente fortalecer as instituições sediadas no Estado, além de criar outras, visando dar o suporte necessário ao desenvolvimento equilibrado da região.

Isto posto, os órgãos de pesquisa que atuam na região devem passar por uma rearticulação política e estrutural, para adequarem-se à nova concepção de planejamento, na qual a ciência e a tecnologia representam a base de sustentação de todas as ações setoriais.

5. A implementação de novas políticas de desenvolvimento regional devem contemplar estratégias que não só permitam a elevação do nível de renda regional mas, que proporcione uma diminuição nos desníveis existentes, desencadeando um processo de equalização na sua composição, de modo a frenar a tendência de concentração da renda.

6. A política ambiental defendida no documento, reflete o pensamento da maioria da população do Estado. O desenvolvimento sustentado não coaduna com ações irresponsáveis que geralmente representam danos irreparáveis ao meio ambiente. O estabelecimento de diretrizes orientando a intervenção na região, significa a regulamentação e a definição do novo caminho que a economia deve trilhar.

7. A política espacial representa um ponto fundamental para garantir uma perfeita integração econômica, além de disciplinar a utilização de recursos públicos em áreas previamente selecionadas.

Entretanto, o Estado do Acre por constituir-se na "última fronteira agrícola do país", está a mercê de uma ocupação indiscriminada, provocada por correntes migratórias, vindas do Centro-Sul, impulsionadas por fatores estruturais exógenos, ou seja, alheios a política local.

A preocupação reside no fato do

governo federal criar mecanismos que garanta a efetiva ordenação do espaço rural e urbano, através de medidas concretas e preventivas.

8. O modelo de gestão proposto para coordenar as ações contempladas no Documento, acena para montagem de um sistema na qual a SUDAM conduzirá "o processo de negociação, implantação e acompanhamento das Diretrizes, e na avaliação e acompanhamento das ações públicas e privadas e das respectivas metas e instrumentos". A impressão tirada é que o modelo de gestão, na verdade, não dispõe de elementos que esboce um "arranjo institucional" que contemple uma metodologia embasada na participação efetiva de todos os órgãos envolvidos além, da participação da população virtualmente beneficiada.

Finalizando, a impressão que se tem é a de que o Documento acena com uma postura inovadora, ou seja, vislumbra um processo de intervenção baseado no ecodesenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida. Entretanto, percebe-se uma relação desconexa entre sua concepção (e mais particularmente através de sua estratégia geral) e a realidade objetiva da região. A título de exemplo, as fontes orçamentárias anunciadas são escassas, além de já estarem, a princípio, comprometidas como foi colocado anteriormente. Desta forma, fica difícil visualizar a superação dos grandes entraves existentes na realidade regional, no que se referem as limitações de ordem tecnológicas e dos níveis precários das relações de produção. Isto sem falar dos matizes de ordem cultural e político.

* Este trabalho serviu de subsídio para as considerações e sugestões da Secretaria de Planejamento do Acre acerca do documento "Ação Governamental na Amazônia" junto a SUDAM.

** Economista da EMATER/ACRE (atualmente cedido a SEPLAN/ACRE) e mestrado em Economia Rural na Universidade Federal do Ceará - UFC.

*** Sociólogo da SEPLAN/ACRE e mestrando em Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba - UFPB.